REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° /2007 (Do Senhor Vital do Rêgo Filho)

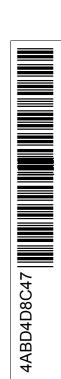
Solicita ao Ministro da Justiça, Senhor Tarso Genro, Requerimento de Informação, com vistas ao Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, para que este emita relatório detalhado das auditorias realizadas no tocante à destinação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional(FUNPEN), bem como a relação dos 23 convênios que estão sendo investigados em razão da não aplicação dos recursos por parte dos Estados da Federação, conforme previsto nos contratos firmados.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Sr. Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça, requerimento de informação com vistas ao Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, para que aquele órgão emita relatório detalhado das auditorias realizadas no tocante à destinação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), bem como a relação dos 23 convênios que estão sendo investigados em razão da não aplicação dos recursos por parte dos Estados da Federação, conforme previsto nos contratos firmados.

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento de informação junto ao Ministro de Estado da Justiça, embasa-se nas auditorias que estão sendo realizadas para apurar indícios de irregularidades relativas aos contratos firmados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em estados da federação, de acordo com informações veiculadas na mídia, por gestores da área de segurança pública do governo federal. Ainda, por meio de discussão levantada em audiência pública, de conhecimento e interesse dos membros da CPI do Sistema Carcerário na Câmara dos Deputados. Em especial, na audiência realizada pela citada CPI no dia 18 de setembro último, em que o Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, André Luiz de Almeida e Cunha, informou que 23 convênios estão sendo investigados por falta de aplicação dos recursos por parte dos estados conforme previsto nos contratos.



Isto posto, sugiro a remessa deste ao Ministro da Justiça, Senhor Tarso Genro, para encaminhamento das informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2007.

Deputado **Vital do Rêgo Filho** PMDB/PB

NGPS.2007

